

Economia - Brasil

Aloysio ataca elitismo no debate sobre o orçamento

Sebastião Pedra

Ele defende as emendas paroquiais feitas pelos parlamentares e diz que elas são vítimas de preconceito

O secretário-geral da presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, criticou ontem a visão elitista de integrantes do Governo no debate sobre o Orçamento. Aloysio defendeu a importância das emendas paroquiais feitas por deputados e senadores e afirmou que elas são vítimas de preconceito "da mentalidade tecnocrática que é muito forte dentro do Governo e no meio acadêmico".

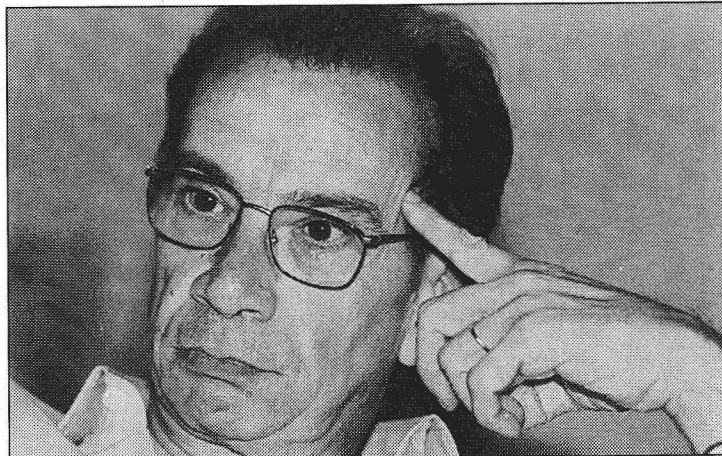
A votação do Orçamento para o ano 2000 é um dos itens da convocação extraordinária. A Comissão Mista de Orçamento ainda não votou a proposta, porque está encontrando dificuldades para acomodar R\$ 21 bilhões em emendas de bancada e regionais que foram apresentadas. Por isso, ao mesmo tempo em que ataca os que não querem reconhecer o direito do Congresso de emendar o orçamento, o ministro também pediu mais responsabilidade dos parlamentares para que votem uma proposta realista.

"As emendas parlamentares

não devem ser vistas como alguma coisa nefasta. Elas fazem aterrissar nas comunidades programas de Governo que já existem", afirmou. O ministro determinou que fosse feito um minucioso levantamento de todas as emendas parlamentares, liberadas durante este ano, para mostrar sua importância. Aloysio dá como exemplo positivo a destinação de recursos para a construção de um ginásio de esportes num pequeno município de cinco mil habitantes. "Este ginásio é um centro cívico para aquela comunidade", disse.

Aloysio afirmou que o Governo federal não tem como planejar estas obras e também citou a relevância política de emendas destinando pequenos volumes de recursos para obras de eletrificação rural, saneamento básico e aquisição de máquinas agrícolas para serem usadas em forma de cooperativa por pequenos produtores rurais. "Não fossem as emendas parlamentares e as cidades do interior não teriam ação de governo", disse.

O ministro comentou que as emendas dos parlamentares enfrentam problemas reais das comunidades que os elegeram. Citou como exemplo as emendas apresentadas pelos deputados Severino Cavalcanti (PPB-PE), para combater uma praga na produção de banana, e João Colaço (PSDB-PE), para construir uma adutora, no valor de R\$ 300 mil, para levar à locali-



Aloysio: "As emendas parlamentares não são nefastas"

dade de Changrande água potável a seus moradores. "Não fosse a iniciativa destes deputados, você acha que o Governo federal ia se lembrar disso?", questionou Aloysio.

O ministro, ao defender a legitimidade das emendas parlamentares, reclama da falta de realismo na discussão do orçamento. "São aprovadas emendas num volume superior às disponibilidades de recursos e são feitas revisões irrealistas de receitas", afirmou. Ele lembrou que na previsão de receita para o Orçamento de 1999 foram incluídos gastos que seriam cobertos pelo Imposto Verde, que acabou não sendo aprovado no Congresso. A previsão de receita era de R\$ 1,2 bilhão e como não se realizou, muitas emendas parlamentares ficaram sem a dotação para serem executadas.

Na sua opinião, o Congresso deveria cancelar despesas à medida que aprova as emendas dos parlamentares. Mas o que ocorre é que o Congresso não corta os investimentos previstos na proposta do Governo federal e os amplia com as emendas parlamentares, usando como expediente a ampliação das estimativas de receita. "Se o Congresso não for realista estará dando um tiro no próprio pé", afirmou. Sua avaliação é de que a demora da Comissão de Orçamento em aprovar o Orçamento para o ano 2000 é uma demonstração de que o Congresso está procurando aprovar uma proposta que seja exequível. Responsável pela coordenação política do Governo, Aloysio reconheceu que a liberação das emendas pelos deputados e senadores sempre provoca muito nervosismo na base aliada.